

MP investiga licitações da merenda escolar no município

Apuração envolve pregões da merenda escolar após denúncia da vereadora Fernanda Souto

Por Moara Semeghini

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) instaurou um procedimento preparatório de inquérito civil para apurar possíveis irregularidades em licitações para compra de alimentos da merenda escolar da rede municipal de Campinas. A investigação foi aberta após representação apresentada pela vereadora Fernanda Souto.

A denúncia aponta indícios de direcionamento de editais e possível favorecimento de empresas em processos de contratação de alimentos destinados às escolas municipais. O caso também é investigado em âmbito federal: o Ministério Público Federal determinou a abertura de inquérito pela Polícia Federal para apurar eventuais crimes contra a administração pública relacionados às mesmas licitações.

A Prefeitura de Campinas informou que já conduz apura-

ções internas e afirmou que irá colaborar com as investigações. Segundo a administração municipal, uma sindicância e outros procedimentos administrativos foram instaurados em 2025 para apurar condutas de servidores e empresas envolvidas.

De acordo com a vereadora Fernanda Souto, a investigação teve início após o recebimento de uma denúncia anônima em 2025. Segundo ela, entre os indícios identificados estaria a exigência de características muito específicas nos alimentos previstos nos editais, o que poderia restringir a concorrência. “Principalmente a questão do possível direcionamento do edital para beneficiar determinadas empresas, como a exigência de ingredientes muito específicos nos alimentos, o que não é comum no mercado. A partir dessa identificação, fiz uma denúncia ao Ministério Público Federal porque a compra da merenda tem recursos do Pro-



Denúncia sobre possíveis irregularidades na merenda escolar levou MP a abrir investigação

grama Nacional de Alimentação Escolar”, disse. Segundo a parlamentar, o MPF determinou a abertura de inquérito pela Polícia Federal e, posteriormente, o Ministério Público Estadual decidiu instaurar um procedimento próprio para aprofundar a apuração. “Agora recebemos o retorno do Ministério Público do Estado de São Paulo com a abertura desse procedimento preparatório de inquérito civil. O promotor também solicitou informações complementares à prefeitura sobre os editais, como atas das licitações, pesquisas de preço de mercado e outros documentos”, afirmou.

Para a vereadora, a investigação é importante para garantir transparência na aplicação de recursos públicos. “A alimentação escolar é central para a educação e para a saúde das nossas crianças”, declarou. Ela também afirmou que o mandato tem recebido reclamações sobre a qualidade da merenda oferecida nas escolas.

“Nós queremos apurar se essa perda de qualidade tem relação com alguma possível irregularidade no processo de compra. Isso precisa ser investigado.”

Segundo o advogado da vereadora, Rodrigo Chizolini, a denúncia também menciona suspeitas de conluio entre concorrentes, exigências técnicas consideradas incomuns nos editais e empresas que teriam participado e vencido licitações com endereços cadastrais coincidentes, o que levantaria dúvidas sobre a concorrência nos certames. Na portaria de abertura do procedimento, o promotor cita que um contador ligado a uma das empresas mencionadas na denúncia já foi citado em investigações da PF relacionadas a outros casos. Sobre os mesmos fatos, o MPF determinou a abertura de inquérito policial para investigar eventuais crimes contra a administração pública.

A Secretaria de Educação in-

formou que três apurações pelo Município estão em andamento desde 2025; uma sindicância administrativa sobre a conduta de servidores e dois procedimentos de investigações preliminares que verificam as condutas de empresas em atos contra a administração pública. A Prefeitura vai colaborar ao máximo com a investigação e fornecer todas as informações solicitadas pelo MP-SP. Além disso, já estava colaborando com o MPF. Durante o processo licitatório que estava em andamento, a própria Prefeitura identificou problemas que poderiam comprometer a disputa. Diante disso, após análise jurídica, a licitação foi cancelada, por indicação das secretarias de Educação e de Administração. Não houve gasto de recursos públicos porque o processo foi cancelado. A Secretaria abriu investigação interna para apurar os fatos e afastou o responsável pela Coordenação de Nutrição.

Sancetur e Consórcio Grande Campinas vencem leilão para operar o transporte

Por Moara Semeghini

A empresa Sancetur (Santa Cecília Turismo Ltd) e o Consórcio Grande Campinas venceram a licitação que define as operadoras do transporte público coletivo de Campinas pelos próximos 15 anos. O leilão foi realizado na tarde desta quinta-feira (5), na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O contrato é estimado em R\$ 11 bilhões.

A concessão divide o sistema em dois lotes. O Lote Sul, que reúne as regiões Leste, Sul e Sudoeste da cidade, ficará sob responsabilidade da Sancetur. Já o Lote Norte, que abrange as regiões Norte, Oeste e Noroeste, será operado pelo Consórcio Grande Campinas.

No leilão, as empresas dispu-

taram a chamada tarifa de remuneração, utilizada como critério de julgamento da licitação. No Lote Sul, a tarifa inicial era de R\$ 11,21, e a Sancetur apresentou proposta de R\$ 9,54, deságio de 14,9%, vencendo a disputa. Também participaram da concorrência o Consórcio Andorinha e o Consórcio VCP Mobilidade.

No Lote Norte, cuja tarifa de partida era de R\$ 11,76, o Consórcio Grande Campinas venceu após disputa de lances ao apresentar proposta de R\$ 9,49, o que representa deságio de 19,3%. Nesse lote também apresentaram propostas a Sancetur e o Consórcio Mov Campinas.

De acordo com a prefeitura, a tarifa de remuneração utilizada no julgamento da licitação é diferente da tarifa pública paga pelo



O prefeito Dário Saadi faz discurso após o fim do leilão na B3

usuário na catraca. O valor considera os custos operacionais do sistema e os investimentos previstos pelas empresas.

O novo contrato prevê concessão de 15 anos, prorrogável

por mais cinco, e inclui a operação das linhas de ônibus, o serviço de transporte para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PAI), além da gestão de serviços em terminais e nas

estações do BRT e sistemas complementares de bilhetagem e monitoramento operacional.

A nova concessão também prevê a renovação da frota com veículos menos poluentes. O edital estabelece a incorporação de pelo menos 60 ônibus elétricos nos primeiros anos, além da utilização de veículos com padrão ambiental Euro 6 no restante da frota. O modelo também abre espaço para alternativas de propulsão, como biometano, gás natural e hidrogênio.

Segundo a prefeitura, os investimentos previstos incluem cerca de R\$ 900 milhões na renovação da frota nos primeiros cinco anos e mais R\$ 800 milhões nos dez anos seguintes, totalizando R\$ 1,7 bilhão ao longo do contrato.